



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PRISCYLLA EMERENTINA ARAUJO MEDEIROS

**A AGENDA INTERNACIONAL DAS CIDADES BRASILEIRAS: O CASO DA
CIDADE DE JOÃO PESSOA**

JOÃO PESSOA

2020

PRISCYLLA EMERENTINA ARAUJO MEDEIROS

**A AGENDA INTERNACIONAL DAS CIDADES BRASILEIRAS: O CASO DA
CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a Dr^a Liliana Ramalho Fróio.

JOÃO PESSOA
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M488a Medeiros, Priscylla Emerentina Araujo.

A agenda internacional das cidades brasileiras: o caso da cidade de João Pessoa / Priscylla Emerentina Araujo Medeiros. - João Pessoa, 2020.

29 f. : il.

Orientação: Liliana Ramalho Fróio.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Paradiplomacia. 2. Paradiplomacia municipal. 3. Agenda internacional. 4. Internacionalização. 5. Administração municipal de João Pessoa. I. Fróio, Liliana Ramalho. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

Elaborado por ANDRE DOMINGOS DA SILVA - CRB-00730-PB

PRISCYLLA EMERENTINA ARAUJO MEDEIROS

**A AGENDA INTERNACIONAL DAS CIDADES
BRASILEIRAS: O CASO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado em: 04 de dezembro de 2020

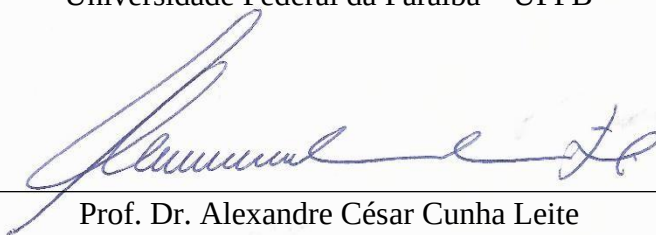
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves
Universidade Federal da Paraíba – UFPB



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

A AGENDA INTERNACIONAL DAS CIDADES BRASILEIRAS: O CASO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

PRISCYLLA EMERENTINA ARAUJO MEDEIROS

RESUMO

A atuação internacional subnacional ganhou impulso no Brasil a partir da década de 1990, e as cidades brasileiras vêm incluindo a pauta internacional na administração local. Desde 2013 a cidade de João Pessoa apresenta uma intensificação na sua atuação internacional. Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar a agenda internacional da cidade de João Pessoa, identificando os temas prioritários das ações internacionais e as principais formas de atuação internacional realizadas pela cidade. Para tanto, realizou-se um mapeamento das principais ações internacionais da cidade, bem como realizadas entrevistas com consultores e funcionários municipais da cidade. A partir dos resultados obtidos foi possível identificar que a cidade de João Pessoa não possui uma estratégia de internacionalização definida. Os temas da agenda internacional abrangem questões locais e as formas de inserção seguem a realidade dos demais municípios brasileiros.

Palavras-chave: Paradiplomacia; paradiplomacia municipal; agenda internacional; Estudo de caso; João Pessoa.

ABSTRACT

The subnational international performance in Brazil gained impulse from the 1990's, and in the past years, the Brazilian cities have been including the international agenda in local administration. Since 2013 the city of João Pessoa has shown an intensification of its international performance. In this way, this article aims to analyze the international agenda of the city of João Pessoa, identifying the priority themes of the international actions and the main forms of international performance implemented by the city. Therefore, a mapping of the main international performances of the city was held, as well as interviews with consultants and city officials. From the results obtained, it was possible to identify that the city of João Pessoa does not have a defined internationalization strategy. The themes of the international agenda cover local issues and the forms of insertion follow the reality of the other Brazilian municipalities.

Key words: Paradiplomacy; municipal paradiplomacy; international agenda; Case study. João Pessoa.

Introdução

O fenômeno da atuação internacional subnacional, conhecida como paradiplomacia, tem se intensificado desde as últimas décadas do século XIX. O contexto de globalização e interdependência, bem como a aproximação entre o local e o externo, têm transformado o campo das relações internacionais de forma a intensificar o interesse de governos não-centrais em atuar internacionalmente (DUCHACEK, 1990). De acordo com Duchacek (1990), diante da vulnerabilidade local aos acontecimentos no âmbito externo, os entes subnacionais passam a sentir a necessidade de manter relações com outros atores internacionais e se engajar em atividades no âmbito externo visando o desenvolvimento e o bem-estar local.

Apesar de não exclusiva a estes, a paradiplomacia parece se desenvolver com mais facilidade em Estados descentralizados ou nos quais a forma de governo é o federalismo. Conforme Duchacek (1990), isso ocorre porque a atuação internacional pressupõe que os representantes subnacionais possuem uma certa autonomia jurisdicional para realizá-la. Nesse sentido, segundo Soldatos (1990), as unidades federadas têm realizado atividades de forma direta e, por vezes, autônoma, ao investir recursos domésticos e criar canais que possibilitam o alcance de seus objetivos no âmbito externo, bem como têm aumentado o escopo de atuação e diversificado parceiros.

Dessa forma, a paradiplomacia tem se tornado mais frequente ao redor do globo e os entes subnacionais vêm sendo vistos como atores importantes no cenário global. Além do interesse interno das unidades subnacionais em atuarem no âmbito externo, essas também são demandadas por outros atores do sistema internacional, as localidades passaram a ser foco também de organismos internacionais e empresas transnacionais.

Apesar de ser uma prática já existente entre os governos subnacionais brasileiros, principalmente aqueles das regiões Sul e Sudeste, a paradiplomacia ganha impulso a partir da década de 1990 com o processo de redemocratização e descentralização política e passa a fazer parte da realidade dos municípios brasileiros de outras regiões do Brasil. De acordo com Rodrigues (2009), nos últimos anos verifica-se a participação de prefeitos, secretários e assessores municipais em eventos internacionais de cidades, integrando delegações internacionais, bem como discutindo agendas de cooperação regional e internacional.

Como supracitado, a atuação internacional desses governos ocorre principalmente no sentido de fomentar o desenvolvimento local. Os governos subnacionais geralmente lidam com questões consideradas de “low politics”, ou seja, questões que possuem relevância local

(AGUIRRE, 1999). Assim, as ações realizadas no âmbito internacional versam principalmente sobre questões econômicas, culturais, sociais, políticas e ambientais.

De acordo com Vigevani (2006), a experiência brasileira mostra que os governos subnacionais vêm sendo vistos como agentes de desenvolvimento econômico e a ação externa subnacional acaba sendo uma necessidade política dos governos e dos dirigentes públicos. E assim, a inserção internacional passa a ser entendida como uma forma de auxiliar a administração pública local no alcance dos seus objetivos.

Contudo, essa prática não ocorre de maneira padronizada entre os governos subnacionais, pois cada governo é responsável por estabelecer os elementos e características principais da atuação internacional. A academia vem, nos últimos anos, buscando traçar os elementos principais da atuação internacional municipal, como o trabalho do Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil (CNM, 2009) e o mapeamento da realidade paradiplomática dos municípios brasileiros realizado por Ribeiro (2009).

Diante da heterogeneidade da prática paradiplomática, é crescente a realização de estudos de casos empíricos acerca da atuação internacional municipal visando obter uma maior compreensão sobre o fenômeno da paradiplomacia brasileira. No caso das análises sobre a agenda paradiplomática, buscam-se verificar em grande medida os tipos de ações e de áreas de interesse. Ou seja, a análise da agenda internacional dos municípios brasileiros permite identificar as ações internacionais realizadas pelos entes federativos, mostrando as áreas e os temas prioritários das ações, bem como os mecanismos de inserção internacional utilizados.

Este artigo tem como objetivo analisar a agenda internacional da cidade de João Pessoa, na Paraíba. Desde 2013 a cidade de João Pessoa apresenta uma intensificação na sua atuação internacional, realizando projetos de cooperação técnica e financeira, e inserindo-se em redes internacionais de cidades. O estudo de caso acima possui relevância para auxiliar na compreensão acerca da agenda internacional dos municípios. Ao trazer uma análise detalhada sobre os projetos e ações internacionais do município de João Pessoa espera-se contribuir para os estudos sobre a paradiplomacia municipal, identificando comportamentos, interesses e a maneira de agir dos agentes e atores.

Ressalta-se que esse trabalho é um desdobramento do projeto de pesquisa intitulado “O papel da paradiplomacia no desenvolvimento dos governos subnacionais: uma análise do Estado da Paraíba”, desenvolvida sob orientação da Professora Dra. Liliana Ramalho Fróio e vinculada ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (DRI/UFPB). Ao longo de três anos (2015-2018) de Iniciação Científica (UFPB/CNPQ), foi

possível mapear a atuação internacional do Governo do Estado da Paraíba e dos governos municipais das cinco maiores cidades paraibanas (João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Patos e Bayeux), identificando tanto as características institucionais locais quanto os projetos e as atividades internacionais desenvolvidas

Este artigo consiste em uma pesquisa qualitativa e analítica, a qual busca apresentar e analisar aspectos da agenda internacional da cidade de João Pessoa, identificando as principais áreas de interesse das ações internacionais do município e os desdobramentos dessas ações. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da agenda internacional dos municípios brasileiros, de forma a compreender as principais temáticas trabalhadas no que tange a atuação internacional. Em seguida, foram identificados os temas principais da agenda internacional da cidade de João Pessoa. A partir disso, foi possível elaborar uma análise sobre as ações paradiplomáticas da cidade de João Pessoa e situá-las no contexto da atuação internacional dos municípios brasileiros.

Os dados acerca da agenda internacional e das ações paradiplomáticas de João Pessoa foram obtidos a partir do mapeamento realizado no portal on-line da Prefeitura Municipal de João Pessoa e em jornais eletrônicos locais. Após o mapeamento das ações, foram realizadas 07 (sete) entrevistas¹ semiestruturadas presenciais com os gestores públicos, secretários municipais e consultores contratados pela prefeitura que estão ligados às ações internacionais mapeadas.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente são apresentadas algumas considerações acerca da paradiplomacia brasileira; em seguida foi realizada uma análise da agenda internacional das cidades brasileiras a partir dos estudos já existentes sobre o tema; e por fim, tem-se a análise da agenda internacional de João Pessoa.

¹ Entrevistas referentes ao município de João Pessoa, realizadas em 2018 como parte do plano de trabalho de Iniciação Científica (UFPB) “A paradiplomacia municipal paraibana: uma análise das cidades de João Pessoa e Campina Grande”: 1) Fábio Guerra – Ex-consultor da Prefeitura Municipal de João Pessoa e Secretário da Receita da Prefeitura Municipal de João Pessoa no ano de 2013; 2) Fernando Milanez – Secretário de Turismo da Prefeitura Municipal de João Pessoa; 3) Rosa Márcia França – Consultora em Gestão Pública; 4) Ana Cristina Barreto – Consultora em Gestão Pública; 5) Adenilson Ferreira - Secretário da Receita da Prefeitura Municipal de João Pessoa no período 2013-2018; 6) Jonathan Vieira – Diretor do Centro de Línguas Estrangeiras de João Pessoa; 7) Marielza Rodriguez – Funcionária do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Paraíba (SEBRAE PB).

A paradiplomacia brasileira

Na discussão sobre a paradiplomacia brasileira, Rodrigues (2008) destaca três fatores principais que impulsionaram o fenômeno no país: a democratização, integração regional e a globalização. De acordo com o autor, a partir da década de 1990, as entidades subnacionais passaram a ser inseridas de forma mais direta nas estruturas e agendas das organizações intergovernamentais. No campo da integração regional, a criação do Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul representou um avanço no reconhecimento da legitimidade da participação dos governos subnacionais no processo de integração (RODRIGUES; KLEIMAN, apud RODRIGUES, 2008).

No que tange a democratização, a Constituição de 1988 abriu precedentes para impulsionar a atuação internacional subnacional. Segundo Branco (2007), apesar da atuação internacional subnacional não ser institucionalizada na Constituição, o pacto federativo possibilitou condições institucionais para que os governos subnacionais brasileiros pudessem realizá-la. O estabelecimento de uma federação trina, composta pela União, estados e municípios, concedeu aos estados e municípios o status de entes federados, passando a possuir competências próprias e comuns com a União (RODRIGUES, 2011).

Como já mencionado, Duchacek (1990) afirma que a atuação internacional subnacional pressupõe que os representantes subnacionais possuem uma certa autonomia jurisdicional para realizá-la. No caso brasileiro, a condição de maior autonomia adquirida pelos municípios e estados com o estabelecimento de uma federação trina é considerada um elemento catalizador. O argumento mais difundido perante o caso brasileiro é de que o status de ente federativo propicia aos estados e municípios autonomia para atuarem internacionalmente, particularmente no que tange as suas competências constitucionais. Com respaldo em Marcovitch e Dallari (2014), há uma divisão de competências entre os níveis de poder do Estado de modo a conferir aos entes federados um certo grau de autonomia em relação aos assuntos que abarcam as áreas de competência constitucional desses entes, delimitadas no Artigo 23 da Constituição de 1988.

Um outro aspecto no que tange a Constituição é o Artigo 52, o qual introduz a atuação internacional subnacional na medida em que prevê que cabe ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos entes federados (RODRIGUES, 2008). A partir disso, tem-se abertura para a realização de acordos de cooperação financeira com recursos externos por parte dos estados e municípios brasileiros. Entretanto, diante da ausência de um marco jurídico específico para a atuação internacional subnacional, foram

realizadas tentativas de mudanças no ordenamento jurídico interno para que se tenha uma garantia jurídica da realização da paradiplomacia, mas essas falharam em seu objetivo principal. Assim, a atuação internacional subnacional é uma realidade no país mesmo com a ausência de norma expressa no ordenamento jurídico nacional.

Outro destaque em relação à inserção internacional subnacional é a tentativa do Governo Federal em responder a essa realidade a partir da criação da Assessoria de Relações Federativas (ARF) em 1997 e a criação dos escritórios regionais de representação do Itamaraty (VIGEVANI, 2006). A partir da criação da ARF, outros movimentos foram realizados por parte do Governo Federal para tratar a atuação internacional subnacional. Em 2003 foi criada a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), ligada diretamente à Presidência da República e, no mesmo ano, a ARF foi convertida em Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA).

Um outro movimento do Governo Federal em relação à nova dinâmica da participação internacional das unidades subnacionais é a menção desses nas diretrizes de cooperação internacional, por meio do termo “cooperação internacional descentralizada”. Nesse caso, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) deixou claro que, os estados e municípios interessados em realizar parcerias com organismos internacionais precisam fazê-las por intermédio da ABC, mas desde que exista um Acordo Básico em vigor entre o Brasil e o organismo internacional ou país o qual se pretende cooperar (BRASIL, 2014).

Esse cenário também fez com que entidades de representação municipal - como a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM) - passassem a incluir a vertente internacional nas suas ações. Além de promoverem o contato dos municípios brasileiros com cidades e entidades estrangeiras, essas entidades também passaram a elaborar materiais específicos sobre a inserção internacional dos municípios. No caso da CNM, dois documentos principais (CNM, 2008; 2016) buscam guiar os municípios brasileiros a incluir a tema tanto como uma política pública como uma forma de auxiliar a execução de políticas públicas locais já existentes. No âmbito estadual, o Fórum de Gestores Estaduais de Relações Internacionais (Fórum RI 27) atua desde 2015 realizando encontros entre os gestores estaduais para discutir temas ligados à atuação internacional dos estados brasileiros. Movimentos como esses são importantes para a realização da paradiplomacia brasileira, principalmente para a troca de experiências entre os entes.

Um outro ponto importante de se destacar é que, como anteriormente mencionado, a prática da paradiplomacia não ocorre de forma homogênea e padronizada, já que cada ente

subnacional possui uma realidade local distinta que influencia na sua atuação. Ao tentar identificar os determinantes locais da paradiplomacia brasileira com base no modelo de Soldatos (1990)², Matsumoto (2011) constatou que quanto maior a cidade (em termos demográficos), maior a probabilidade de essa ter atividade paradiplomática. O autor identificou também que atividade paradiplomática dos municípios brasileiros está relacionada com o desenvolvimento local, de modo que municípios com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são mais propensos a apresentar áreas internacionais na administração local, destacando, assim, que a paradiplomacia pode ter relação com o desenvolvimento local.

No que tange a atuação internacional municipal, Barreto (2005) destaca que a paradiplomacia pode ser entendida como uma estratégia de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais. As formas pelas quais os municípios buscam essa atuação dependem das condições internas, em termos financeiros e de recursos humanos, bem como dos interesses dos grupos governantes locais. Nesse sentido, Kleiman e Cezário (2012, p. 311) destacam que as experiências paradiplomáticas de sucesso tem como base o alinhamento entre os seguintes fatores:

[...] o interesse do governador ou prefeito pelo tema, a contratação e o investimento em equipes qualificadas, minimamente equipadas e com poder político na estrutura do governo [...], a elaboração de um plano de ação ou de planejamento estratégico com definição de eixos, prioridades e ações, a integração com o conjunto do governo e áreas-fim; a identificação com as principais marcas de governo e uma gestão orientada para resultados.

Esses fatores, contudo, são complexos de serem encontrados na realidade da administração pública dos estados e municípios brasileiros (KLEIMAN; CEZÁRIO, 2012).

Quanto às ações e os problemas da paradiplomacia no Brasil, Vigevani e Prado (2010) destacam a prevalência do fenômeno *stop and go*, no qual se tem o ativismo em ações como cooperação técnica, empréstimos, investimentos, convênios, estas vinculadas primordialmente a questões locais, mas não a existência de uma estratégia de atuação internacional bem definida e coordenada. Logo, percebe-se que há momentos em que a atuação internacional é mais

² No modelo explicativo de Soldatos (1990) as determinantes domésticas do nível da unidade federada que influenciam na atuação internacional subnacional são: os aspectos que diferenciam as unidades subnacionais uma das outras (em termos geográficos, culturais, políticos, etc.), pressão política do eleitorado, regionalismo, assimetria entre as unidades, e o exemplo de outras unidades (*mee-toism*).

preponderante e há a realização de diversas ações por parte dos governos subnacionais, e há outros em que essa atuação fica estagnada e não há uma grande mobilização do governo no que tange a busca de possíveis ações ou envolvimento com o tema da internacionalização. Essa dinâmica torna-se mais evidente ao analisar casos específicos da paradiplomacia brasileira.

A agenda internacional das cidades brasileiras

Ao tratar da agenda internacional das cidades brasileiras é importante destacar que a atuação internacional subnacional no Brasil não vem necessariamente acompanhada da institucionalização da área na administração local. No levantamento realizado por Ribeiro (2009) para mapear a atuação internacional das cidades brasileiras, foi identificado que das 72 cidades analisadas, 71% realizam ações paradiplomáticas e dessas, 43% não possuem qualquer aparato estrutural voltado para o campo da atuação internacional. O que ocorre na maioria dos casos que não há a institucionalização da área internacional é a dispersão das ações nas secretarias municipais ou órgãos cujo tema da ação está relacionado.

A institucionalização da área internacional é um tema recorrente nos estudos acerca da paradiplomacia brasileira. De acordo com Kleiman e Cezário (2012), a existência de uma estrutura mínima para coordenar e gerir a atuação internacional é um fator importante para que os governos locais construam uma política internacional consistente. Além disso, Ribeiro (2009) menciona a possibilidade da ocorrência de um desalinhamento com as instâncias do Governo Central, devido ao reduzido contato entre os entes subnacionais e o Governo Federal no que tange as ações paradiplomáticas, e a impossibilidade de potencialização das ações em razão da falta de conhecimento amplo da esfera pública. Esse panorama como um todo pode ser observado como uma dificuldade para a elaboração e execução de uma estratégia de atuação internacional concreta por parte dos municípios brasileiros.

O estudo de Ribeiro (2009) também permite visualizar a realidade da área internacional dos governos municipais. Em questionário realizado com gestores de Secretarias Municipais de Relações Internacionais das cidades brasileiras, foi constatada a pouca importância conferida à paradiplomacia, problemas de recursos orçamentários e de infraestrutura, bem como questões políticas e de fragmentação das ações. Esses seriam as principais dificuldades encontradas pelos órgãos de Relações Internacionais apontadas pelos gestores municipais. Nos municípios que não existe uma estrutura específica para tratar a área internacional, as ações e projetos que

envolvem o âmbito externo são conduzidos por outras secretarias da estrutura administrativa da prefeitura, geralmente aquelas ligadas ao tema da ação ou projeto em desenvolvimento.

No que tange a agenda internacional, dois elementos principais podem ser destacados: os temas das ações e os mecanismos utilizados pelos municípios para realizar a inserção internacional. No âmbito dos temas das ações paradiplomáticas, cabe mencionar novamente que esses envolvem questões de responsabilidade local dos municípios a partir das competências concedidas no Artigo 23 da Constituição, como: saúde e assistência pública; patrimônio histórico, artístico e cultural; cultura, educação, ciência e inovação; meio ambiente; habitação; combate à pobreza (BRASIL, 1988). Logo, a atuação internacional subnacional apresenta-se como um complemento da gestão local para a realização de ações que abarcam as competências constitucionais conferidas aos municípios brasileiros e é possível identificar as principais temáticas da atuação internacional das cidades brasileiras.

No levantamento de Ribeiro (2009), ao verificar os municípios que possuem atividade paradiplomática, muito embora não possuam uma estrutura específica de relações internacionais, identificou-se que as ações realizadas por esses municípios focavam os seguintes temas: turismo, cultura, infraestrutura e planejamento urbano, e modernização da gestão administrativa e fiscal dos municípios. No caso dos municípios que possuíam uma estrutura de relações internacionais, os eixos econômicos, cultural e social também apareciam como temas prioritários nas ações realizadas (RIBEIRO, 2009).

Em relação aos tipos de ações internacionais, Duchacek (1990) elencou seis mecanismos principais pelos quais as unidades subnacionais se envolvem internacionalmente: estabelecimento de escritórios permanentes em capitais estrangeiras; realização de missões internacionais feitas por líderes dos governos não-centrais; realização de missões internacionais para tratar de temas específicos; participação em feiras internacionais de promoção de comércio e investimentos; estabelecimento de zonas de livre comércio; e participação de representantes dos governos subnacionais em conferências internacionais e comitivas diplomáticas.

No que tange os mecanismos para a atuação internacional dos municípios brasileiros, Salomón (2012), Cezário (2011) e Ribeiro (2009) contribuem ao elencar as principais dimensões e formas de atuação da agenda internacional dos municípios. Os autores mencionam a promoção econômica internacional como um elemento de destaque na atuação internacional subnacional, embora os governos estaduais sejam mais ativos neste campo, principalmente em termos de comércio exterior e atração de investimento estrangeiro direto (SALOMÓN, 2012).

Por promoção econômica internacional Cezário (2011) enfatiza a realização e a participação em feiras e em missões internacionais com foco em comércio exterior, a atração de investimentos estrangeiros a partir de agências oficiais nos municípios, bem como a promoção turística. Em relação à promoção do turismo, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2016), em coletânea voltada aos gestores municipais, destaca a importância do fortalecimento da capacidade do turismo das cidades a partir do aproveitamento das vantagens competitivas de cada localidade e da definição de uma estratégia de atração turística.

A cooperação internacional com organismos internacionais, agências de cooperação ou governos de países é também um dos elementos de destaque da agenda internacional. Os acordos de cooperação financeira ou técnica ocorrem geralmente no sentido de realizar algum projeto de desenvolvimento local específico e necessitam do intermédio da União para serem realizados, como já mencionado anteriormente. Nas ações de cooperação financeira ou técnica se observa o protagonismo, principalmente, de organismos internacionais com foco em programas voltados para às cidades e para a Agenda 2030.

Ainda no escopo da cooperação, Salomón (2012) também destaca os irmanamentos de cidades, intercâmbios de boas práticas de gestão urbana e a participação em redes internacionais de cidades. Os convênios de irmanamentos entre cidades correspondem a uma forma de cooperação bilateral e envolve diversos temas, grande parte dessas ações ocorrem no sentido de realizar ações nos planos político ou cultural, muitas vezes a partir de elementos de identificação entre as cidades (SALOMÓN, 2007). As redes internacionais de cidades, por sua vez, apresentam uma grande diversidade de temas e se destacam pela promoção do contato e da troca de experiências entre as cidades participantes.

Um outro elemento da agenda internacional é busca por visibilidade externa, no intuito de tornar a localidade mais atrativa tanto para turistas como para possíveis parceiros e investidores, podendo trazer oportunidades positivas para a cidade. Cezário (2011) elenca alguns mecanismos adotados pelas cidades nesse aspecto, são eles: a criação de uma marca da cidade; a produção audiovisual da cidade; a participação em eventos internacionais e prêmios internacionais.

A construção da marca da cidade ocorre geralmente a partir de elementos de identificação que caracterizam as particularidades da cidade e buscam promover os seus principais atrativos (CEZÁRIO, 2011). Nesse sentido, a produção audiovisual pode ser um instrumento utilizado de forma a contribuir para a divulgação dos pontos atrativos da cidade, utilizando inclusive os elementos destacados na construção da marca da cidade. Uma forma

comum de produção audiovisual são as propagandas realizadas nas mídias digitais, em revistas internacionais e em locais públicos de grande movimentação de pessoas.

Além desses instrumentos, a participação em eventos e feiras internacionais também é uma forma de fomentar a visibilidade externa e atrair parceiros internacionais e oportunidades para a cidade. Além de participar, os governos podem se dispor para sediar eventos (nacionais e internacionais), o que contribui para evidenciar a imagem da cidade. Os prêmios internacionais consistem também em outras formas de fomentar a ação das cidades em torno de determinada causa.

Nesse sentido, a partir desse panorama geral acerca da agenda internacional dos municípios brasileiros, em termos dos temas principais das ações realizadas e dos mecanismos adotados pelas cidades brasileiras para inserção no âmbito externo, é possível analisar a agenda internacional da cidade de João Pessoa.

A agenda internacional da cidade de João Pessoa

A cidade de João Pessoa, situada no litoral paraibano, é a capital do Estado da Paraíba e com a população de aproximadamente 817.511 pessoas (IBGE, 2020) é a maior cidade do estado em termos demográficos. Em termos econômicos, é a quarta cidade em Produto Interno Bruto (PIB) per capita do estado e possui o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,763, o mais alto do estado de acordo com os dados do ano de 2010 (IBGE, 2020).

A atuação internacional de João Pessoa teve início da década de 1980 a partir de um convênio firmado através da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), atual Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), e o Governo Federal durante a gestão do Prefeito Wilson Leite Braga e tinha o objetivo de realizar a revitalização do centro histórico da cidade (AZEVEDO, 2017). Contudo, a cooperação com a AECI se manteve de forma isolada e não houve mais ações substantivas nos anos seguintes, essas voltando a ocorrer apenas nos anos 2000.

A partir do mapeamento das ações realizadas pelo município de João Pessoa e das entrevistas realizadas com gestores locais, foi possível identificar que a paradiplomacia da cidade passou a se intensificar a partir de 2013. De acordo com Jonathan Vieira³, na época diretor do Centro de Línguas Estrangeiras da Prefeitura Municipal de João Pessoa e gestor do projeto *English Language Specialist* na Secretaria Municipal de Educação, “a prefeitura de João

³ Entrevista concedida dia 28 de julho de 2018, em João Pessoa.

Pessoa, desde 2013, da gestão do prefeito Luciano Cartaxo, vem se organizando na área de cooperação interinstitucional”.

No Quadro 1 abaixo consta o levantamento das ações e projetos realizados pela cidade de João Pessoa. No quando é possível identificar que após duas décadas da cooperação com AECI, a cidade realizou um convênio de irmanamento com a cidade de Ovar, bem como foi realizado a adesão ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, a primeira iniciativa do município que contou com o recebimento de recursos financeiros externos.

Quadro 1 – Ações e projetos paradiplomáticos realizados pela cidade de João Pessoa

Ano de início	Ação/Projeto Paradiplomático	Parceiro
1980	Oficina-escola	Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI)
2002	Irmanamento	Ovar, Portugal
2008	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) I	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Governo Federal
2013	Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis	Banco Interamericano de Desenvolvimento
2015	English Language Specialist	Consulado-Geral dos Estados Unidos em Recife, PE
2017	Irmanamento	Boca Ráton, Estados Unidos
2017	Rede Cidades Criativas	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE PB) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
2018	Irmanamento	Ushuaia, Argentina

Fonte: Elaboração própria a partir do mapeamento realizado.

Contudo, na cidade de João Pessoa, nunca houve na estrutura administrativa da prefeitura municipal um órgão ou setor específico para tratar da atuação internacional da cidade. Dessa forma, as ações paradiplomáticas e os projetos internacionais realizados ficam sob responsabilidade das secretarias municipais as quais temáticas são de sua competência. No Quadro 2 estão listadas as secretarias municipais envolvidas nas ações e projetos mapeados.

Quadro 2 – Secretarias municipais responsáveis pelas realizadas pela cidade de João Pessoa

Secretaria municipal responsável	Ação/Projeto Paradiplomático
-	Oficina-escola
Secretaria Municipal da Receita	PNAFM I
Secretaria Municipal de Turismo	Irmanamento
Secretaria Municipal da Receita	Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	English Language Specialist
Secretaria Municipal de Turismo	Irmanamento
Secretaria Municipal de Turismo	Rede Cidades Criativas
Secretaria Municipal de Turismo	Irmanamento

Fonte: Elaboração própria a partir do mapeamento realizado.

Como é possível observar no quadro, as ações paradiplomáticas de João Pessoa permeiam três secretarias principais: a) Secretaria Municipal de Turismo, a qual conta com quatro ações; b) Secretaria Municipal da Receita, com duas ações; e c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com uma ação. De acordo com as entrevistas foram identificadas algumas características desse formato. Primeiramente, no âmbito de cada secretaria não há um funcionário específico para tratar de assuntos internacionais e as negociações dos acordos e parcerias são desenvolvidas diretamente entre o Prefeito e o parceiro internacional. Esse processo é acompanhado pelo secretário ou servidor da secretaria municipal responsável pelo desenvolvimento inicial e condução das ações e projetos.

Com base nas entrevistas, foi possível identificar ainda que a cidade de João Pessoa não possui uma política ou estratégia definida de internacionalização. Percebe-se que a atividade paradiplomática ocorre de forma descentralizada na prefeitura municipal e sem uma maior coordenação entre elas. Em entrevista, Jonathan Vieira e Adenilson Ferreira⁴, secretário municipal da receita e atual coordenador da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis na Prefeitura Municipal de João Pessoa, mencionam que a existência de um setor de relações internacionais na prefeitura de João Pessoa auxiliaria na centralização e coordenação das ações e projetos internacionais, bem como na padronização da forma de atuação internacional da cidade.

As ações paradiplomáticas ocorrem de três formas principais: por meio de captação de projetos por parte do secretário no cargo ou algum funcionário com mais interesse e motivação

⁴ Entrevista concedida no dia 26 de junho de 2018, em João Pessoa.

na área internacional; como fruto da participação da prefeitura em eventos e feiras internacionais; ou a partir da busca direta por parte do parceiro internacional que possui interesse em realizar algum tipo de ação com a cidade. Dessa forma, a agenda internacional do município não é planejada, o que pode ser um reflexo da descentralização das ações internacionais, consequência da inexistência de um órgão ou setor específico para centralizar e coordenar de forma estratégica e eficiente a atividade paradiplomática do município.

Em relação às áreas de atuação, é possível identificar que os temas das ações paradiplomáticas de João Pessoa abrangem questões como: turismo, cultura, educação, modernização da gestão local, meio ambiente e políticas urbanas, que incluem mobilidade e requalificação de espaços urbanos. Os principais mecanismos de inserção internacional adotados são: realização de convênios de irmanamento com cidades estrangeiras, acordos de cooperação financeira com organismos internacionais, memorandos de cooperação, participação em rede internacional de cidades, a realização de eventos de cunho internacional e a participação em eventos e feiras internacionais.

A seguir é possível compreender melhor como os eixos temáticos da agenda paradiplomática de João Pessoa se apresentam e são desenvolvidos.

Turismo

Na área do turismo, as ações paradiplomáticas de João Pessoa perpassam duas práticas que são características da atuação internacional das cidades brasileiras: os convênios de irmanamento e a participação em eventos e feiras internacionais de turismo.

O primeiro convênio de irmanamento foi realizado em 2002, durante o mandato do prefeito Cícero Lucena, com a cidade de Ovar, em Portugal. O irmanamento teve como objetivo a realização de intercâmbio de musicistas de ambas as cidades, visando também a integração entre o eixo cultural e o turismo. Como símbolo do convênio de cidades-irmãs, Ovar nomeou uma das ruas da cidade de “Rua Cidade João Pessoa”, João Pessoa se comprometeu em nomear uma das praças da cidade em homenagem à cidade, mas isso não foi realizado.

Após mais de uma década do primeiro irmanamento, em 2017 um novo convênio foi realizado. João Pessoa e a cidade de Boca Ráton, nos Estados Unidos. O convênio realizado visa criar relações e mecanismos para a cooperação entre ambas cidades na área de intercâmbio cultural, conhecimento e ensino, e políticas empresariais. No ano seguinte, em 2018, a cidade assinou um convênio com a cidade de Ushuaia na Argentina, como resultado da participação de ambas as cidades em feiras internacionais de turismo.

A partir da participação em eventos internacionais ligados ao turismo, as cidades encontraram um ponto de identificação para a realização do irmanamento, com o objetivo de fomentar o turismo nas duas cidades: João Pessoa consiste na cidade brasileira com o ponto mais oriental das Américas, a denominada Ponta do Seixas; e Ushuaia, por sua vez, é o extremo mais austral do mundo. O convênio de irmanamento entre as cidades visa a promoção do turismo e o intercâmbio esportivo e cultural, e prevê a ida de estudantes, de 10 a 16 anos, das escolas públicas municipais de ensino para um intercâmbio esportivo na cidade do Ushuaia (CARDOSO, 2017).

A participação em eventos internacionais também é uma das formas de inserção mais utilizadas pela cidade de João Pessoa, embora não amplamente divulgada nas mídias digitais da cidade. De acordo com entrevista realizada com Fernando Milanez⁵, secretário de turismo de João Pessoa, a Secretaria de Turismo e o prefeito da cidade participam de feiras nacionais e internacionais de turismo com o objetivo de promover o potencial turístico da cidade. Dentre as participações de João Pessoa em eventos internacionais, destaca-se a participação nas seguintes feiras internacionais de turismo: Feira “Vakantiebeurs” em Utrecht, na Holanda (2009; 2010; 2017); Bolsa Internacional de Lisboa (BTL) em Portugal (2009); e a Feira Internacional de Turismo (Fitur) de Madri, Espanha (2009; 2010). Além disso, o secretário também destacou a importância da divulgação dos atrativos e das potencialidades da cidade nos meios de comunicação de outros países, a exemplo de revistas internacionais focadas no turismo.

Modernização da Gestão Local

No âmbito das questões locais, a ação realizada foi a adesão de João Pessoa no Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), em 2008, durante a gestão do prefeito Ricardo Coutinho. O PNAFM é uma iniciativa do Governo Federal que visa buscar um equilíbrio fiscal autossustentável por meio da eficiência na gestão da receita e do gasto público municipal (BRASIL, 2020). A cidade de João Pessoa participou da Fase I do projeto, a qual contou com o financiamento externo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O recurso externo foi transferido para o município através de sub-empréstimos realizados pela Caixa Econômica Federal.

Apesar das regras para participação do programa e aprovação dos projetos terem sido realizados juntos ao Governo Federal, as regras de aquisição e gestão dos recursos financeiros

⁵ Entrevista concedida no dia 17 de maio de 2018, em João Pessoa.

externos seguiram as normas do BID. Dessa forma, a implementação do programa na cidade contou com uma equipe de consultores externos contratada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para trabalhar junto à Secretaria Municipal da Receita e auxiliar o município em relação aos recursos obtidos através do programa e às normas estabelecidas pela Caixa Econômica Federal e o BID.

De acordo com Ana Cristina Barreto⁶, ex-consultora em licitações nacionais e internacionais da Prefeitura Municipal de João Pessoa durante a vigência do programa, realizou-se uma qualificação específica para o PNAFM, voltada para as normas do programa, licitações e as regras para o recebimento de recursos internacionais do BID. Após a assinatura do termo de adesão ao programa, foi elaborado o projeto contendo as ações a serem realizadas nas categorias de investimento conforme o regulamento do programa e as normas do BID. O projeto passou, por fim, pela autorização da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a aprovação do Senado Federal.

O programa teve como foco seis categorias de investimento: consultoria; capacitação; tecnologia da informação; equipamentos de apoio e comunicação; infraestrutura; e ajuste do quadro (BRASIL, 2020). No projeto elaborado, foram elencadas quais seriam as ações realizadas para cada uma das categorias de investimento acima. Rosa Márcia França⁷, na época consultora no PNAFM na Prefeitura Municipal de João Pessoa, destaca que 10% dos recursos do programa foram destinados à capacitação dos funcionários, de acordo com as normas do BID.

Um ponto de destaque em relação a essa ação é a atuação dos consultores contratados pela prefeitura e a experiência adquirida na gestão de recursos externos. O contato existente entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o BID, decorrente do PNAFM, levou à idealização da participação de João Pessoa na Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis financiada pelo BID.

Políticas Urbanas e Meio Ambiente

Na área de políticas urbanas e meio ambiente, João Pessoa participa do projeto Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O projeto ICES abarca uma série de temas transversais no que tange a realidade local das cidades, ele envolve mobilidade urbana, meio ambiente e renovação de espaços urbanos,

⁶ Entrevista concedida no dia 04 de junho de 2018, em João Pessoa.

⁷ Entrevista concedida no dia 04 de junho de 2018, em João Pessoa.

segurança e administração fiscal. De acordo com Rosa Márcia França, a principal responsável pela elaboração da Carta de Compromisso para a operação de crédito com o BID e coordenadora da dimensão de sustentabilidade fiscal e governança do ICES na Prefeitura Municipal de João Pessoa em 2013, o processo de candidatura para participar do projeto teve início durante a transição para a gestão do prefeito Luciano Cartaxo, no qual surgiu a possibilidade de procurar o BID diretamente para captar recursos para a prefeitura de João Pessoa.

O projeto Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) é um programa que fornece assistência a governos locais para o desenvolvimento e execução de planos de sustentabilidade urbana nas cidades com base em três dimensões: ambiental e de mudança climática; urbana; e fiscal e governabilidade (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2012). Para participar da ICES a cidade passa por um processo de formalização da candidatura através de uma Carta de Compromisso. Após o aceite, a cidade realiza um contrato com o Banco, no qual é estabelecido o cronograma de atividades para a realização das cinco fases do Programa (OLIVEIRA, 2016).

A primeira fase do programa é a preparação, na qual é formada a equipe de trabalho, a identificação dos principais atores locais envolvidos e a compilação de indicadores sobre a cidade. A segunda fase consiste na análise e diagnóstico de acordo com as três dimensões supracitadas. Após o diagnóstico, são estabelecidas as prioridades e são definidas as estratégias a serem seguidas – fases 3 e 4, respectivamente. A fase 4 é a elaboração e implementação do Plano de Ação, e a fase 5 diz respeito ao monitoramento do progresso da cidade na implementação do Plano (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2012).

Para entrar na Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, a cidade de João Pessoa precisou cumprir três requisitos: ser uma cidade emergente, ter um crescimento populacional considerável e ter capacidade institucional para suportar o projeto. O Plano de Ação João Pessoa Sustentável, elaborado entre 2013 e 2014, foi realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, o BID, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2014).

A implantação do Plano de Ação está sendo realizado com os recursos da operação de crédito de US\$ 100 milhões com o BID e a contrapartida de US\$ 100 milhões da prefeitura que pode ser oferecida por meio de equipamentos e obras em andamento. Para receber os recursos do BID foi necessário passar pelos trâmites estipulados pelo Governo Federal para aprovação do recebimento dos recursos. Inicialmente foi realizada uma carta consulta pela prefeitura, a

qual passou pelo Ministério do Planejamento e analisada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX). Em seguida, o projeto foi encaminhado para a Secretaria do Tesouro e depois para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Por fim, a operação de crédito foi aprovada em novembro de 2018 pelo Senado Federal.

Apesar da iniciativa para a inserção de João Pessoa na Iniciativa Cidades Emergentes Sustentáveis ter partido da Secretaria da Receita Municipal – em razão da equipe de consultores existente e do caráter da operação de crédito –, a ICES abarca diversos temas de competência local, bem como inclui outros órgãos e secretarias da prefeitura. No Plano de Ação João Pessoa Sustentável as ações permeiam sete objetivos prioritários: 1) tornar João Pessoa menos desigual e ordenar melhor o seu território; 2) Tornar João Pessoa mais competitiva; 3) Modernizar a Gestão em João Pessoa; 4) tornar João Pessoa mais segura; 5) preparar João Pessoa para a mudança climática e os desastres naturais; 6) melhorar o transporte e a circulação em João Pessoa; e 7) criar o Centro de Cooperação da Cidade de João Pessoa (CCC) (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2014).

No que tange as demais secretarias da prefeitura, além da Secretaria da Receita, o Plano de Ação também prevê a participação das seguintes secretarias: Secretaria de Habitação Social; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Trabalho, Produção e Renda; Secretaria de Ciência e Tecnologia; Secretaria de Finanças; Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania; e a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2014). De acordo com Adenilson Ferreira, as ações foram centralizadas na equipe da ICES dentro da secretaria, a qual faz a gestão do programa e permite que as demais secretarias trabalhem de forma integrada.

Cultura

No eixo cultural, João Pessoa vem desenvolvendo ações como a realização de eventos internacionais na cidade e a participação em rede de cidades. O principal evento cultural com abrangência internacional realizado na cidade é o Festival Internacional de Música Clássica de João Pessoa, o qual conta com sete edições. O evento ocorre anualmente e, na edição de 2019, recebeu musicistas de dez países para apresentações nas igrejas históricas da cidade e a realização de cursos gratuitos de formação musical oferecidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa através da Fundação Cultural (Funjope) (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2019).

A outra ação consiste na participação de João Pessoa na Rede de Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no domínio criativo “Artesanato e Artes Populares”. A Rede foi criada em 2014 com o objetivo principal de promover a cooperação entre as cidades que compartilham a visão de criatividade como estratégia de desenvolvimento sustentável e abarca sete eixos: Artesanato e Arte Popular, Design, Cinema, Gastronomia, Literatura, Arte na Mídia e Música (UNESCO, 2017). A participação na Rede de Cidades Criativas propicia o desenvolvimento de parcerias e o intercâmbio de boas práticas para reforçar a indústria cultural e incluir a temática da cultura nos planos de desenvolvimento urbano (UNESCO, 2017).

A candidatura da cidade ocorreu em 2017 e foi fruto do engajamento do SEBRAE Paraíba em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, tendo como protagonista o consultor Eduardo Barroso⁸. Segundo Marielza Rodriguez⁹, analista técnica do SEBRAE Paraíba na unidade de artesanato e na época ponto focal da Rede em João Pessoa, o dossiê de candidatura contou com duas partes principais: a primeira reuniu dados acerca das ações realizadas pelas cidades, nos cinco anos anteriores à candidatura, na área na qual estaria se candidatando; e a segunda parte contou com propostas de ações a serem realizadas nos cinco anos seguintes a partir da entrada da cidade na Rede.

Uma das ações propostas foi a disponibilização de um local para concentrar parte da produção do artesanato paraibano. A primeira iniciativa realizada foi a criação do Celeiro Espaço Criativo em 2018. As demais propostas foram: criação do Laboratório de Design e Inovação para o Artesanato e Pequenas Empresas no Hotel Globo, localizado no centro histórico da cidade; criação da Fábrica Social do Artesanato; e a criação de uma plataforma virtual na qual todos possam encontrar os pontos nos quais as pessoas podem ter acesso à criatividade na cidade de João Pessoa.

Apesar de ser uma ação com foco cultural, a participação na rede é gerida pelo SEBRAE Paraíba, e a sua equipe ligada ao artesanato local, e o Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Turismo, Graco Parente. Ao entrar na Rede de Cidades Criativas da UNESCO, João Pessoa passou a contar com uma página no site oficial da UNESCO e passou a ter contato com as demais cidades – brasileiras e de outros países - que também fazem parte da Rede.

⁸ O designer Eduardo Barroso foi contratado pelo SEBRAE Paraíba como consultor para auxiliar na elaboração do dossiê de candidatura de João Pessoa na Rede de Cidades criativas da UNESCO. Após a entrada da cidade na Rede, Eduardo Barroso foi contratado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para coordenar o Laboratório de Inovação Cultural de João Pessoa (Labin).

⁹ Entrevista concedida no dia 12 de julho de 2018, em João Pessoa.

Educação

No eixo da educação, cita-se a parceria realizada em 2015 entre a cidade de João Pessoa e o Consulado Geral dos Estados Unidos no Recife, em Pernambuco. A ação foi resultado da aproximação entre o Consulado e a Prefeitura em 2013, dando início à cooperação visando o aprimoramento do ensino da língua inglesa nas escolas municipais da cidade. A cooperação internacional realizada entre o município de João Pessoa e o Consulado teria como objetivo capacitar os professores de inglês da rede municipal através de uma especialista em língua inglesa atuante no programa *English Language Specialist* do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

No Memorando de Entendimento (ME) assinado entre as partes, o Consulado se comprometeu em viabilizar a vinda e permanência do especialista na língua inglesa para executar o projeto de formação de professores (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2015). A Prefeitura Municipal de João Pessoa, por sua vez, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, se comprometeu em contribuir com os aportes institucionais e operacionais para viabilizar o programa. As atividades a serem realizadas listadas no ME são: a realização de um levantamento sobre as necessidades das escolas municipais através de visitas da especialista em língua inglesa; realização de oficinas de formação de professores e gestores em metodologias no ensino da língua inglesa, com foco nas séries do Ensino Fundamental II; e elaboração e/ou disponibilização de materiais metodológicos para uso dos professores por parte da especialista.

Na primeira fase do projeto, em 2015, a especialista fez um curso para a formação dos professores de inglês da rede municipal, o qual teve duração de cinco meses. No ano seguinte, em 2016, a especialista voltou à cidade para dar continuidade à formação dos professores. Um dos resultados advindos da cooperação foi a inauguração da primeira escola bilíngue da rede pública, a Escola Municipal Dom José Maria Pires, em 2018.

Além dos professores da rede municipal, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) também teve contato com a especialista e participou dos trabalhos desenvolvidos. Nos anos seguintes, a Secretaria de Educação e Cultura e a UFPB, através do projeto de extensão Espaços para a Formação do Professor de Língua Inglesa (EFOPLI), promoveram um trabalho conjunto para dar continuidade à formação dos professores de língua inglesa da rede municipal.

Considerações Finais

A paradiplomacia das cidades brasileiras ganhou evidência nos últimos anos a medida em que a prática se tornou mais presente na realidade da administração local dos municípios com o objetivo de auxiliar na promoção do desenvolvimento e o bem-estar local. Diante da heterogeneidade da prática nas cidades, a análise de casos específicos nos permite identificar as principais características das ações internacionais realizadas pelos entes federativos.

O trabalho teve como objetivo analisar a agenda internacional da cidade de João Pessoa, de modo a identificar os temas prioritários das ações internacionais e as principais formas de atuação internacional realizadas pela cidade. A partir do estudo de caso de João Pessoa, identificando os projetos, os temas das ações internacionais e os mecanismos de inserção internacional, verifica-se que há um certo padrão que está de acordo com a forma de agir dos municípios brasileiros. Foi identificado que os temas das ações internacionais abrangem questões locais, e as principais formas de inserção internacional são a realização de acordos de cooperação financeira e técnica, a participação em redes de cidades, eventos e feiras internacionais, a promoção econômica internacional e a realização de convênios de irmanamento com cidades estrangeiras.

Entre os pontos que merecem destaque está a ausência de uma estratégia ou política específica de atuação internacional que pautar a agenda internacional do município, de tal forma que as ações realizadas são resultantes de oportunidades que surgiram a partir de experiências anteriores, eventos internacionais nos quais a cidade participou e contatos pré-existentes de funcionários da prefeitura.

Apesar de não haver uma estratégia definida, é possível observar a tentativa de aproveitar as potencialidades da cidade para inseri-la em projetos já existentes, como o caso do Programa ICES, da Rede de Cidades Criativas da UNESCO e da cooperação com o Consulado dos Estados Unidos a partir do programa *English Language Specialist*. É no âmbito do turismo que a cidade vem realizando ações mais recorrentes, tanto em termos de irmanamentos como na participação em feiras internacionais de turismo.

Além da presença em eventos internacionais ligados ao turismo, a participação de João Pessoa na Rede de Cidades Criativas também promove a participação da cidade nos eventos anuais ligados a ela que contam com a participação tanto das cidades criativas brasileiras como das cidades estrangeiras que também fazem parte da Rede. Esses ambientes representam uma

oportunidade para a troca de experiências e boas práticas, bem como a prospecção de possíveis parceiros.

Embora o trabalho não tenha o objetivo de verificar os impactos ou resultados decorrentes das atividades e ações paradiplomáticas, o mesmo ajuda a compreender melhor os principais temas abordados pelas ações internacionais dos municípios, a forma de inserção internacional de cidades e serve como um histórico das atividades executadas de forma a contribuir para pensar os caminhos da paradiplomacia brasileira.

Referências

AGUIRRE, Iñaki. Making sense of paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition. **Regional & Federal Studies**, 9:1, 185-209, 1999.

AZEVEDO, João Pedro Rocha. **Paradiplomacia do município de João Pessoa: a vida e a morte de Severina**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - UFPB/CCSA, João Pessoa, 2017.

BARRETO, Maria Inês. A inserção internacional das cidades enquanto estratégia de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais. Santiago: **X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, 2005.

BANCO INTERAMERINACO DE DESENVOLVIMENTO. Guia Metodológico: Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis. 1º Ed. 2012. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=37099984>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. **A paradiplomacia como forma de inserção de unidades subnacionais**. Brasília: Pol.Pub. e Mundial, v.4, n, 1, p 48-67, 2007. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/view/216>. Acesso em: 28 set. de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Economia. **Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pnafm>. Acesso em 28 out 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 4. ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2014. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/publicacoes>. Acesso em 10 out. 2020.

CARDOSO, Fábio. Ushuaia e João Pessoa se tornam cidades irmãs durante o Festival JPA. Turismo em Foco, João Pessoa, 23 de outubro de 2017. Disponível em: <https://turismoemfoco.com.br/v1/2017/10/23/ushaia-e-joao-pessoa-se-tornam-cidades-irmas-durante-o-festival-jpa/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CNM – Confederação Nacional dos Municípios. **Atuação Internacional Municipal: Estratégias para Gestores Municipais Projetarem Mundialmente sua Cidade**. Brasília: CNM, 2008.

CNM – Confederação Nacional dos Municípios. Estudo: **Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil**. Brasília: CNM, 2009.

CNM – Confederação Nacional dos Municípios. **Atuação Internacional Municipal: Cooperação e Implementação de Políticas Públicas**. Brasília: CNM, 2016.

CEZÁRIO, Gustavo de Lima. **Atuação global municipal: dimensões e institucionalização**. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

DUCHACEK, Ivo D. “Perforated Sovereignties: towards a typology of new actors in international relations”. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. (Ed.). **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>, Acesso em: 26 out 2020.

KLEIMAN, Alberto; CEZARIO, Gustavo de Lima. Um olhar brasileiro sobre a ação internacional dos governos subnacionais. In: MILANI, Carlos. R. S.; PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Editora FGV, 2012.

MARCOVITCH, Jacques; DALLARI, Pedro. Entes Subnacionais e os Desafios da Globalização In: MARCOVITCH, Jacques; DALLARI, Pedro. (Org.) **Relações Internacionais de Âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil**. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais-Universidade de São Paulo, 2014.

MATSUMOTO, Carlos Eduardo Higa. **As determinantes locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros**. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Ingra Freire de. **O papel das organizações internacionais na disseminação de políticas públicas: o caso do BID e a ICES no município de João Pessoa**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Festival de Música Clássica de João Pessoa**. 2019. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/projeto/festival-de-musica-classica-de-joao-pessoa/>. Acesso em: 20 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **João Pessoa Sustentável: Plano de Ação**. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Memorando de Entendimento entre o Consulado Geral dos Estados Unidos em Recife, PE e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, PB**. 2015.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras**. Salvador: Edufba, 2009.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. Relações internacionais federativas no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 1015-1034, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000400007>. Acesso em 10 out. 2020.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. Internacionalismo Municipal. In: RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio; XAVIER, Marcos; ROMÃO, Wagner de Melo (Org.). **Cidades em Relações Internacionais: análises e experiências brasileiras**. São Paulo: Desatino, 2009, p. 35-46.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **Marco Jurídico para a Cooperação Internacional Descentralizada: Um Estudo sobre o Caso Brasileiro**, Brasília: Frente Nacional de Prefeitos, 2011. Disponível em: <http://www.fnp.org.br>. Acesso em: 10 out. de 2020.

SALOMÓN, Mónica. La acción exterior de los gobiernos subnacionales y el análisis de políticas exteriores. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Anais**, v. 1. Brasília: ABRI, 2007. Disponível em: https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1145. Acesso em: 15 out. 2020.

SALOMÓN, Mónica. A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas. In: MILANI, Carlos. R. S.; PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Editora FGV, 2012.

SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. New York: Oxford University Press, 1990.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 127-139, Oct. 2006.

VIGEVANI, Tullo; PRADO, Débora Figueiredo. Ações e problemas para a paradiplomacia no Brasil. *In*: SALA, José Blanes; GASPAROTO, Ana Lúcia (Org.). **Relações Internacionais: polaridades e novos/velhos temas emergentes**. Marília: Unesp, 2010, p. 25-54.

UNESCO. **UCCN Mission Statement**. November of 2017. 2017. Disponível em: <https://en.unesco.org/creative-cities/home>. Acesso em: 20 out. 2020.